



## A APDSI COORGANIZOU A INICIATIVA PORTUGUESA DO FÓRUM DA GOVERNAÇÃO DA INTERNET 2019

---

### Sessão Plenária 2 “Tecnologias Descentralizadas = Democracia?”

17 de dezembro de 2019

As tecnologias descentralizadas são uma forma de democracia diferente, mas não deixam de ser democracia. Esta foi uma das principais conclusões da sessão intitulada “Tecnologias Descentralizadas = Democracia?”.

Quando se fala em democracia no âmbito das tecnologias de informação, um dos termos que surge é “net neutrality”. O direito democrático de emitir conteúdos na Internet, é um princípio que, dado o exponencial desenvolvimento tecnológico, tem sofrido ameaças. Todos devemos ter igual direito ao tráfego, independentemente do seu conteúdo, fonte ou destino, será que as DLT’s e a *Blockchain* podem ajudar?

**Bruno Almeida, da IntellectEU**, considera que a tecnologia *Blockchain* passa por quebrar barreiras e criar ecossistemas que permitam o surgimento de novos negócios. “O Governo Chinês pôs isto no centro das políticas nos últimos anos. Porque é que em Portugal temos de ser passivos e ver o que acontece lá fora para só depois fazer cá dentro?”, questiona Bruno Almeida.

A dependência que hoje temos do mundo digital, coloca-nos questões como a pertinência da *Blockchain*: “porém, ainda é uma solução à procura de um problema”, **afirmou, diversas vezes, Gonçalo Caseiro, da Imprensa Nacional - Casa da Moeda.**

A face mais visível da tecnologia *Blockchain* no setor financeiro são as criptomoedas que dão às transações financeiras características muito diferentes das que conhecíamos até aqui, onde o papel do intermediário habitual se alterou. Gonçalo Caseiro ressalva, no entanto, que parte desta tecnologia tem questões que devemos refletir: “Queremos mesmo retirar o intermediário? e retirar o intermediário é realmente benéfico?”.

Exemplos dados por Gonçalo Caseiro que nos permitem refletir sobre a questão colocada foram: (a) “podemos retirar o uber ou o airbnb de intermediários, mas será que o benefício de uso das plataformas, onde temos motores de pesquisa, comunicação, possibilidade de reclamar, seguros, etc, é benéfico face ao custo destes intermediários?”

(b) “eleições presidenciais de 2018 na Serra Leoa (enquanto observadora), bem como nas Honduras para registo de títulos de propriedade, no caso das eleições, os resultados via *Blockchain* foram, inclusivamente, diferentes dos obtidos nas contagens oficiais. A confiança das pessoas num processo sem um intermediário diminui radicalmente e, nestes exemplos, ambos os processos foram abandonados.

**José Emílio Amaral Gomes, da APDSI**, afiança que “as tecnologias descentralizadas formatam a nossa maneira de pensar e de agir” e que esta é manifestamente diferente entre um nativo digital e um nativo analógico.

A Internet vive, hoje, em contextos políticos desestabilizados e que nos levam, enquanto cidadãos, a ter dificuldades de adaptação a diversos contextos, até porque no mundo da Internet tudo é extremamente dinâmico e fluído, o que constitui uma dificuldade adicional: a da regulamentação nos diferentes contextos Geopolíticos.

A tecnologia blockchain, entende José Emídio Amaral Gomes, está a desafiar os poderes estabelecidos e acredita que a Criptomoeda é mais temível do que aparentemente se pode pensar, porque desafia os poderes estabelecidos. “O fundamental no futuro não será só o Bockchain ou as tecnologias descentralizadas, mas sim como os nativos analógicos vão evoluir para digitais. No futuro as decisões serão tomadas por algoritmos”, conclui.

A grande competitividade que existe no ambiente virtual de hoje gera uma natural desinformação que, por sua vez, leva o utilizador a questionar-se quanto à veracidade do conteúdo pesquisado. A *Blockchain* é uma componente da criptomoeda que nem sempre foi utilizada com os melhores propósitos. É, assim, necessária a regulação da tecnologia *Blockchain* para garantir segurança na informação transmitida e impedir casos de abuso do consumidor.

No entanto, **Miguel Pupo Correia, do Instituto Superior Técnico**, considera ser ainda cedo para esse passo, uma vez que, no geral, ainda não se sabe exatamente para que serve a *Blockchain* e as DLT's. "As criptomoedas não são mais que a digitalização do dinheiro. Há um conjunto de empresas que quer criar *Blockchain* em consórcio, o que seria um contributo para a democracia ativa", sublinha Miguel Pupo Correia, que consegue estabelecer um paralelismo entre democracia e a *Blockchain*, uma vez que tanto no *software*, como na Constituição, existem regras que têm de ser cumpridas.

**Paulo Calçada, do Porto Digital**, apresentou como é possível perceber a movimentação e deslocação de cidadãos na cidade do Porto, com recurso à tecnologia *Blockchain*, apoiada em outras ferramentas "de confiança". A Internet e as DLT's têm de voltar a ser um instrumento em que os decisores e cidadãos possam confiar, como acontece com os mecanismos de controlo ambiental já instalados na cidade. "Tomada de decisão com base em informação na qual confiamos, salvaguardando a segurança e privacidade dos envolvidos nessas operações, é o nosso desejo. Quanto mais descentralizada for, mais segura uma rede será", acredita Paulo Calçada.

A descentralização não é mais nem menos democrática; é sim uma nova forma de democracia que envolve milhões de *devices* que estão diariamente ligados ao Estado, diz **Pedro Inácio, da AMA – Agência para a Modernização Administrativa, I.P.**

Em 1995 ninguém sabia muito bem o que viria a ser a world wide web (www) e hoje em dia é difícil prever o que pode vir a acontecer daqui a 5 ou 10 anos, mas seguramente há-de trazer uma maior abertura das regras do Estado que se desejam mais claras para que "o cidadão entenda melhor o que está a acontecer e como é gasto o seu dinheiro".

Que dados irão circular? Irão desaparecer os notários? Os direitos dos mais vulneráveis estão protegidos se não houver intermediários? Estas questões obrigam a alguma prudência na adoção das DLT's por parte dos organismos do Estado. A União Europeia está a investir 300 milhões de

euros em programas-piloto para estudar se as DLT's como a *Blockchain* para dar resposta a outros problemas reais.

É provável que alguns serviços do Estado passem para a *Blockchain* mas, para já, não a sua maioria, ficando de fora os serviços mais sensíveis e aqueles que impeçam os cidadãos de aceder livremente aos seus dados. “Não podemos ter os cidadãos fora desta revolução que é a *Blockchain* e as DLT's, sendo que a maioria das pessoas nem sabe o que é *Blockchain*”, alerta Pedro Inácio, da AMA – Agência para a Modernização Administrativa, I.P.

## CONCLUSÕES:

- A tecnologia *Blockchain* é as DLT's são tecnologias recentes e ainda não é claro todo o seu potencial e aplicabilidade;
- Deve existir regulação, pois caso não exista uma das ameaças é a profiliação de informação não verdadeira, que pode levar a decisões erradas;
- Supervisão confunde-se com regulação, mas têm de coexistir;
- As DLT's e a *Blockchain* são tecnologias com vários exemplos práticos que podem ser bem ou mal aplicados, mas que contribuem para uma nova democracia, a democracia digital.

## INTERVENIENTES:

**Moderador:** Miguel Brito Campos, APDSI

**Oradores:** Bruno Almeida, IntellectEU

Gonçalo Caseiro, INCM

José Emílio Amaral Gomes, APDSI

Miguel Pupo Correia, IST

Paulo Calçada, Porto Digital

Pedro Inácio, AMA

**Relatora:** Daniela Azevedo

**Para mais informações, por favor, contactar:**

Bruna Martins | APDSI

t: 217510762

m: 925002121

e: [secretariado@apdsi.pt](mailto:secretariado@apdsi.pt)

---

## **SOBRE A APDSI**

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e sociais, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, a Governação das TIC, a Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação e as Competências digitais.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.